

Sociedade de Arqueologia Brasileira

NOTA DA SAB SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

A SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira, associação científica fundada em 1980, atenta à realidade política, social e econômica do país e em respeito à pluralidade de ideias e pensamentos que marca a comunidade de associadas/os, bem como ao posicionamento tomado amiúde em defesa do Estado Democrático de Direito, vem a público manifestar profunda preocupação com a atual situação histórica nacional e o futuro da democracia no Brasil.

Ao longo da história republicana, período em que o campo da arqueologia nunca esteve alheio ou neutro, nota-se que o momento atual é singular e preocupante no que se refere ao crescimento de uma onda ultraconservadora que atenta contra a democracia em seu sentido mais amplo e os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Esta mesma onda, já verificada em outros países, entra em choque com a realidade contemporânea da arqueologia brasileira, marcada pelo crescente engajamento da comunidade de associadas/os em ações ligadas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos, dentre outras atividades comuns à prática arqueológica.

Observa-se no cotidiano da vida em sociedade, inclusive nas redes sociais, o surgimento de um movimento de viés totalitário que glorifica torturadores da época do regime militar (1964-1985) e propaga discursos de ódio e violência contra mulheres em geral, povos indígenas, pessoas negras, comunidades quilombolas, exilados, LGBTTs, ativistas dos direitos humanos, ambientalistas e outros segmentos da população identificados como contrários ao seu pensamento. Discursos de ódio e violência também atingem, apenas para exemplificar, os trabalhos de arqueólogos/os e profissionais de áreas afins que oficialmente atuam na área forense para o levantamento e identificação de pessoas desaparecidas nos anos 1970 na região do Araguaia. Isso é feito de modo jocoso e a banalizar os direitos humanos e a comparar o trabalho de respeitadas/os pesquisadoras/es ao de um cão que inadvertidamente procura ossos humanos enterrados no solo. O mesmo tom jocoso tem sido recorrido para banalizar a tragédia do incêndio que destruiu uma das maiores instituições de pesquisa e preservação da memória do país, o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Verifica-se ainda a possibilidade real do aprofundamento de retrocessos na educação formal em todos os níveis, seja por meio do cerceamento da liberdade do exercício da profissão de docente, seja pela possibilidade de demissão de professoras/es, institucionalização de modelos autoritários nas escolas, diminuição do percentual de vagas acessadas por ações afirmativas e até mesmo a privatização do ensino superior público e gratuito. Inclui-se aqui propostas de excluir cursos situados no grande campo das ciências humanas e sociais, onde se encontra a arqueologia, principalmente em universidades e institutos federais, carreiras estas que ficariam mais restritas ao setor privado da educação. Neste último caso, importa registrar que a partir dos anos 2000 foram criados 14 cursos de graduação e atualmente existem 9 programas de pós-graduação ligados ao campo de arqueologia, a maioria em universidades públicas. Todos perseguem a excelência acadêmica e cumprem relevante papel na formação profissional e na produção e socialização de conhecimentos científicos.

Deve-se ainda salientar a possibilidade de desregulamentação do licenciamento ambiental, o que causaria grandes impactos negativos diretos e indiretos à população nacional, ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e a trabalhos ligados à arqueologia preventiva, inclusive com a drástica diminuição de postos de trabalho em empresas públicas e privadas. Com eventual retração dos trabalhos ligados ao licenciamento ambiental, parte do patrimônio arqueológico, constituído por um conjunto de bens da União, poderá ser irreversivelmente afetado ou totalmente destruído.

Tudo isso é somado a outras tantas preocupações, já registradas por várias instituições, associações científicas e movimentos étnicos e sociais, como a possível extinção do Ministério da Cultura e a crescente diminuição de recursos destinados à educação, ciência, tecnologia e

inovação, além da privatização de importantes recursos naturais estratégicos para a economia, soberania nacional e o bem-estar da população.

Diante do quadro apresentado, a SAB não poderia se omitir ou se calar como se fosse uma associação científica neutra no cenário nacional e internacional. Por isso, conclama as/os associadas/os a construir uma unidade na diversidade que caracteriza o campo da arqueologia e a se posicionarem em defesa da democracia e de um Brasil mais justo, solidário e soberano.

Diretoria da SAB
(Gestão 2018/2019)
Brasil, 15 de outubro de 2018.

http://www.sabnet.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1558